MAPEAMENTO DE MEDIDAS E PROJETOS LEGISLATIVO DAS CENTRAIS SINDICAIS NO CONGRESSO NACIONAL

PRIORIDADES PARA 2021
VIDA, EMPREGO E DEMOCRACIA

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL
DE ASSESSORIA PARLAMENTAR

24/05/2021

Siglas

CD – Câmara dos Deputados
SF – Senado Federal
CN – Congresso Nacional
PEC - Proposta de Emenda à Constituição
PLP - Projeto de Lei Complementar
PL - Projeto de Lei
MPV - Medida Provisória
PLV - Projeto de Lei de Conversão
PDL - Projeto de Decreto Legislativo
REQ – Requerimento
RIC - Requerimento de Informação

Comissões permanentes
Câmara dos Deputados

CAPADR - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural
CCTCI - Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
CCULT - Comissão de Cultura
CDC - Comissão de Defesa do Consumidor
CMULHER - Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher
CIDOSO - Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa
CPD - Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência
CDU - Comissão de Desenvolvimento Urbano
CDEICS - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços
CDHM - Comissão de Direitos Humanos e Minorias
CDDM - Comissão de Defesa dos Direitos das Mulheres

CDDPI - Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa
CDDPD - Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência
CE - Comissão de Educação
CESPO - Comissão do Esporte
CFT - Comissão de Finanças e Tributação
CFFC - Comissão de Fiscalização Financeira e Controle
CINDRA - Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia
CLP - Comissão de Legislação Participativa
CMADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
CME - Comissão de Minas e Energia
CREDN - Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional
CSPCCO - Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado
CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família
CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público
CTUR - Comissão de Turismo
CVT - Comissão de Viação e Transportes

Senado Federal

CAE - Comissão de Assuntos Econômicos
CAS - Comissão de Assuntos Sociais
CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática
CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
CDIR - Comissão Diretora do Senado Federal
CDR - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo
CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte
CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura
CMA - Comissão de Meio Ambiente
CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária
CRE - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CSF - Comissão Senado do Futuro
CTFC - Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor
CSP - Comissão de Segurança Pública

Comissões Mistas

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
CCAI - Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência
CMCVM - Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher
CMMC - Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

VIDA E EMPREGO

Principais propostas legislativas em trâmite:

- Auxílio emergencial 2021 (MP 1039/2021);
- Medidas de manutenção de emprego (MPs 1045 e 1046/2021);
- Valor do salário mínimo, necessidade de reestabelecimento da política do salário mínimo (MP 1021/2020);
- Definição do Covid-19 como doença grave que isenta os segurados do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) do cumprimento da carência (PL 1113/2020);
- Direitos dos-entregadores de aplicativos durante a pandemia de Covid-19 (PL 1665/2020);
- Proíbe a privatização durante a pandemia (PL 3876/2020);
- Novas regras do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) no pós-pandemia (PL 2751/2020);

- Medidas emergenciais de amparo a agricultores (PL 823/2021); e
- Saque emergencial de valores do FGTS (PL 714/2020)

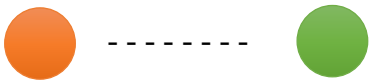
MP 1039/2021 – AUXÍLIO EMERGENCIAL 2021

De autoria do Poder Executivo, institui o Auxílio Emergencial 2021 para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (Covid-19).

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, aguarda designação de relator para apresentação do parecer, discussão e votação no plenário. Depois segue, para o plenário do Senado Federal.

Próximas etapas



Plenário CD **Senado Federal**

MP 1045/2021 – PROGRAMA EMERGENCIAL DE MANUTENÇÃO DO EMPREGO E DA RENDA

De autoria do Poder Executivo, institui o Novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas complementares para o enfrentamento das consequências da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (Covid-19) no âmbito das relações de trabalho.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, aguarda designação de relator para apresentação do parecer, discussão e votação no plenário. Depois segue, para o plenário do Senado Federal.

Próximas etapas

- - - - - - - -

Plenário CD **Senado Federal**

MP 1046/2021 – REGRAS TRABALHISTAS NA PANDEMIA

De autoria do Poder Executivo, dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (Covid-19).

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, aguarda designação de relator para apresentação do parecer, discussão e votação no plenário. Depois segue, para o plenário do Senado Federal.

Próximas etapas

- - - - - - - -

Plenário CD **Senado Federal**

MP 1021/2020 – VALOR DO SALÁRIO MÍNIMO EM 2021

De autoria Poder Executivo, dispõe sobre o valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2021.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, aguarda designação de relator para apresentação do parecer, discussão e votação no plenário. Depois segue, para o plenário do Senado Federal.

Próximas etapas

- - - - - - - -

Plenário CD **Senado Federal**

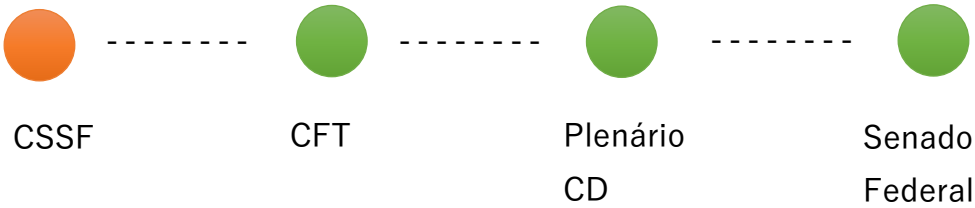
PL 1113/2020 – COVID-19 COMO DOENÇA GRAVE QUE ISENTA OS SEGURADOS DO RGPS DO CUMPRIMENTO DA CARÊNCIA

De autoria do deputado Rodrigo Coelho (PT-BA) e outros, dispõe sobre a inclusão do Coronavírus (Covid-19) como doença grave que isenta os segurados do Regime Geral de Previdência Social (RPGS) do cumprimento da carência para concessão dos benefícios de Auxílio-Doença e Aposentadoria por Invalidez.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto está tramitando em regime de urgência, portanto, aguarda parecer na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF); aguarda designação de relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT); e está pronto para a pauta no plenário.

Próximas etapas



PL 1665/2020 – DIREITOS DOS ENTREGADORES DE APLICATIVOS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

De autoria do deputado Ivan Valente (PSOL/SP) e outros, dispõe sobre os direitos dos entregadores que prestam serviços a aplicativos de entrega durante o estado de calamidade pública decorrente da pandemia do Coronavírus (Covid-19).

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, foi aprovada urgência e encontra-se no plenário para discussão e votação do parecer do relator, deputado Fábio Trad (PSD/MS), pela aprovação, na forma de substitutivo.

Próximas etapas

- - - - - - - -

Plenário CD **Senado Federal**

PL 3876/2020 – PROÍBE A PRIVATIZAÇÃO DURANTE A PANDEMIA

De autoria do senador Weverton (PDT/MA), dispõe sobre a desestatização de empresas públicas e sociedades de economia mista e suas subsidiárias, revoga a Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, e dá outras providências.

A proposta determina que desestatização de empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas, depende de autorização legislativa específica e licitação. Ademais, proíbe desestatizações enquanto durar o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

Onde tramita

No Senado Federal, aguarda designação de relator no plenário para discussão e votação da matéria.

Próximas etapas

- - - - - - - -

Plenário SF **Câmara dos Deputados**

PL 2751/2020 – NOVAS REGRAS DO FGTS NO PÓS-PANDEMIA

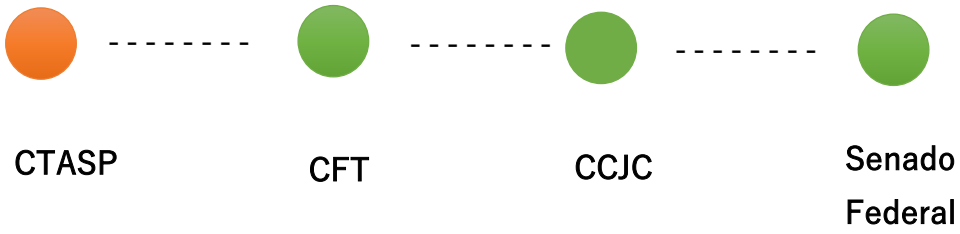
De autoria dos deputados Lucas Gonzalez (NOVO/MG) e Alexis (NOVO/SP), altera a Lei nº 8.036/90, de 11 de maio de 1990, para dispor sobre o pagamento do Fundo Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) durante o período pós-pandemia do Coronavírus.

A proposta permite negociar coletivamente a redução da contribuição para o FGTS, convertendo parte dela em salário. Esse projeto reduz a capacidade de financiamento do FGTS.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, aguarda votação do parecer do relator, deputado Kim Kataguiri (DEM/SP), pela aprovação na forma de substitutivo, na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP).

Próximas etapas



PL 823/2021 – MEDIDAS EMERGENCIAIS DE AMPARO A AGRICULTORES

De autoria do deputado Pedro Uczai (PT/SC) e outros, dispõe sobre medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares do Brasil para mitigar os impactos socioeconômicos da Covid-19; altera as Leis nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, e nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, e dá outras providências (Lei Assis Carvalho II).

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, a proposta tramita em regime de urgência e aguarda votação do parecer do relator, deputado Zé Silva (SD/MG), na forma do substitutivo.

Próximas etapas

PL 714/2020 – SAQUE EMERGENCIAL DE VALORES DO FGTS

De autoria da deputada Patrícia Ferraz (PODE-AP) e outros, permite o saque emergencial de valores do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, em razão da pandemia de Coronavírus (2019-nCoV). Permite o saque emergencial de recursos até o limite do teto dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional de Seguro Social em 2020.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto está tramitando em regime de urgência, portanto, aguarda parecer na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) do relator, deputado Heitor Schuch (PSB-RS); aguarda parecer da relatora, deputada Alê Silva (PSL-MG), na Comissão de Finanças e Tributação (CFT); e aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC); para votação direto no plenário.

Próximas etapas

CTASP, CFT e CCJC	Plenário	Senado Federal

DEMOCRACIA

Principais propostas legislativas em trâmite:

- Criminalização da atuação de lideranças, movimentos de base e organização da sociedade civil (PL 1595/2019);
- Lei brasileira de liberdade, responsabilidade e transparência na internet (PL 2630/2020);
- Crimes contra o Estado Democrático de Direito e revogação da Lei de Segurança Nacional (PL 2462/1991);

- Proteção de dados pessoais entre os direitos e garantias fundamentais (PEC 17/2019);
- Democracia direta (PL 7574/2017);
- Criminalização de elogio, enaltecimento ou apologia ao comunismo (PL 8229/2017);
- Criminalização de apologia ao comunismo (PL 4425/2020); e
- Veda apologia ao comunismo (PL 4159/2020).

PL 1595/2019 – CRIMINALIZAÇÃO DA ATUAÇÃO DE LIDERANÇAS, MOVIMENTOS DE BASE E ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

De autoria do deputado Major Vitor Hugo (PSL/GO), dispõe sobre as ações contraterroristas, altera as Leis nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e nº 9.807, de 13 de julho de 1.999, e dá outras providências.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, a proposta aguarda instalação de comissão especial.

Próximas etapas

PL 2630/2020 – LEI BRASILEIRA DE LIBERDADE, RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊNCIA NA INTERNET

De autoria do senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi despachado para as comissões de Ciência Tecnologia Comunicação e Informática, Finanças e Tributação e Constituição, Justiça e de Cidadania. Foi aprovado requerimento para realização de audiência pública na CCTCI.

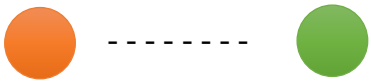
PL3864/2020 – INSTITUI A LEI DE DEFESA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

De autoria dos deputados Paulo Teixeira (PT/SP), João Daniel (PT/SE) e Patrus Ananias (PT/MG), acrescenta o Título XII na Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), relativo aos crimes contra o Estado Democrático de Direito; e revoga a Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983 (Lei de Segurança Nacional), e dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais).

Onde tramita

Aprovado na Câmara dos Deputados na forma de subemenda global do PL 2462/1991 apensado ao PL 3864/2020. No Senado Federal aguarda despacho do presidente da Casa.

Próximas etapas



Senado Federal

Sanção Presidencial/ Câmara dos Deputados

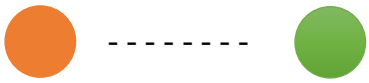
PEC 17/2019 – PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS ENTRE OS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

De autoria do senador Eduardo Gomes (MDB/TO) e outros, altera a Constituição Federal para incluir a proteção de dados pessoais entre os direitos e garantias fundamentais e para fixar a competência privativa da União para legislar sobre proteção e tratamento de dados pessoais.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, a PEC está pronta para votação no plenário, se aprovada sem alteração segue para promulgação.

Próximas etapas



Plenário CD **Promulgação**

PL 7574/2017 – DEMOCRACIA DIRETA

De autoria da Comissão Especial para análise, estudo e formulação de proposições relacionadas à Reforma Política, institui novo marco legal para o exercício da soberania popular direta nos termos referidos no art. 14, incisos I a III, da Constituição Federal.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto está apensado ao PL 6928/2002, que aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Próximas etapas

CCJC **Plenário CD** **Senado Federal**

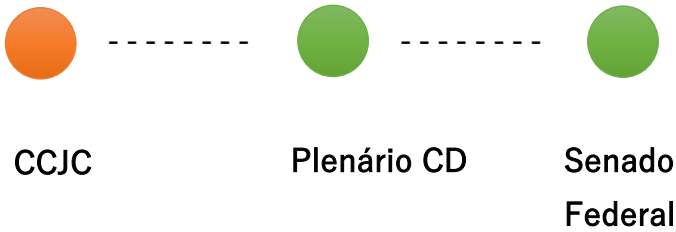
PL 8229/2017 – CRIMINALIZAÇÃO DE ELOGIO, ENALTECIMENTO OU APOLOGIA AO COMUNISMO

De autoria do ex-deputado Professor Victor Galli (PSC/MT), torna-se crime qualquer forma de elogio, enaltecimento ou apologia ao “comunismo” na forma dessa lei.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto está apensado ao PL 5358/2016, que aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Próximas etapas



PL 4425/2020 – CRIMINALIZAÇÃO DE APOLOGIA AO NAZISMO E COMUNISMO

De autoria do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL/SP), altera a redação da Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983 e da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, criminalizando a apologia ao nazismo e comunismo, e dá outras providências.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto aguarda despacho do presidente da Câmara dos Deputados.

PL 4159/2020 – VEDA APOLOGIA AO NAZISMO E COMUNISMO

De autoria da deputada Carla Zambelli (PSL/SP), equipara o tratamento jurídico dispensado aos regimes totalitários nacional-socialistas (nazistas) e comunistas em território nacional, vedando sua apologia e propaganda.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto aguarda despacho do presidente da Câmara dos Deputados.

CAPÍTULO III
Temas estratégicos na agenda legislativa

Organizamos os temas estratégicos nessa primeira versão da Agenda Legislativa das Centrais Sindicais em três eixos que reúnem um conjunto temático amplo e complexo. Trata-se de uma organização temática de partida e que poderá, com o andar dos trabalhos, ser aperfeiçoada na medida que se mostre mais eficaz para os propósitos desse instrumento.

Os três eixos temáticos e os temas são:

a) Papel do Estado: reformas administrativa, tributária, fiscal, privatizações e programa sociais;
b) Relações de trabalho: reforma trabalhista; negociação coletiva; autônomo exclusivo; gestante e lactante em atividade insalubre; acesso à Justiça do Trabalho; ultratividade; trabalho intermitente e terceirização; trabalho em plataforma/aplicativos e automação; jornada de trabalho; trabalho escravo e infantil; saúde e segurança do trabalhador; remuneração do trabalhador; emprego, demissão e seguro-desemprego; simples trabalhista; débitos trabalhistas; e
c) Estrutura, organização e custeio sindical.

Para cada tema serão destacadas medidas ou propostas legislativas já em trâmite no Congresso Nacional. Como na parte anterior, não há um posicionamento e nem são apresentadas as propostas sindicais favoráveis, contrárias ou alternativas. Consideramos que a apresentação do posicionamento ou de propostas serão realizados no processo de debate.

PAPEL DO ESTADO

REFORMA ADMINISTRATIVA

Principais propostas legislativas em trâmite:

- Reforma administrativa (PEC 32/2020);
- Insuficiência de desempenho do servidor (PLP 248/1998 e PLS 116/2017);
- Avaliação de desempenho do servidor (PLP 51/2019);
- Negociação coletiva no âmbito da administração pública (PL 4792/2019); e
- Auto-licenciamento ambiental (PL 3729/2004).

PEC 32/2020 – REFORMA ADMINISTRATIVA

De autoria do Poder Executivo, altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, aprovado parecer do relator, deputado Darci de Matos (PSD/SC), na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Aguarda criação da Comissão Especial.

Próximas etapas

CCJC	Comissão Especial	Plenário CD	Senado Federal

PLS 116/2017 – INSUFICIÊNCIA DE DESEMPENHO DO SERVIDOR

De autoria da senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), regulamenta o art. 41, § 1º, III, da Constituição Federal, para dispor sobre a perda do cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável.

Onde tramita

No Senado Federal, o projeto aguarda deliberação de requerimento de urgência pelo plenário.

Próximas etapas

- - - - - - - -

Plenário SF

Câmara dos Deputados

PLP 248/1998 – INSUFICIÊNCIA DE DESEMPENHO DO SERVIDOR

De autoria do Poder Executivo, disciplina a perda de cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável, e dá outras providências.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto está pronto para a pauta no plenário.

Próximas etapas

- - - - - - - -

Plenário CD

Senado Federal

PLP 51/2019 – AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

De autoria do deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL/SP), regulamenta o inciso III, do § 1º, do art. 41 da Constituição Federal, para disciplinar o procedimento de avaliação periódica de desempenho de

servidores públicos estáveis das administrações diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, foi designado o deputado Hélio Costa (REPUBLICANOS/SC) como relator na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).

Próximas etapas

CTASP -------- CCJC -------- Plenário CD -------- Senado Federal

PL 4792/2019 – NEGOCIAÇÃO COLETIVA NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

De autoria do deputado Professor Israel Batista (PV/DF), dispõe sobre as relações do trabalho, o tratamento de conflitos, o direito de greve e regulamenta a Convenção nº 151 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, estabelecendo as diretrizes da negociação coletiva no âmbito da administração pública dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto está apensado ao PL 4497/2001, que aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Próximas etapas

CCJC -------- Plenário CD -------- Senado Federal

PL 3729/2004 – AUTO-LICENCIAMENTO AMBIENTAL

De autoria do deputado Luciano Zica (PT-SP) e outros, dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, aprovada parecer do relator, deputado Neri Geller (PP-MT), na forma de Subemenda Substitutiva Global. Matéria enviada ao Senado Federal.

Próximas etapas

Câmara dos Deputados	Senado Federal

REFORMA TRIBUTÁRIA

Principais propostas legislativas em trâmite:

- Reforma tributária (PEC 45/2019 e PEC 110/2019)
- Imposto sobre grandes fortunas (PLP 277/2008 e PLP 183/2019)

PEC 45/2019 – REFORMA TRIBUTÁRIA

De autoria do deputado Baleia Rossi (MDB/SP) e outros, altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.

Onde tramita

Foi apresentado parecer do relator na Comissão Mista Especial, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). Porém, por decisão do presidente da Câmara dos Deputados, deputado Arthur Lira (PP/AL), o colegiado foi encerrado por decurso de prazo. A matéria aguarda deliberação na Câmara dos Deputados.

Próximas etapas

Comissão Especial	Plenário CD	Senado Federal

PEC 110/2019 – REFORMA TRIBUTÁRIA

De autoria do senador Davi Alcolumbre (DEM/AP) e outros, altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.

Onde tramita

Foi apresentado parecer do relator na Comissão Mista Especial, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). Porém, por decisão do presidente da Câmara dos Deputados, deputado Arthur Lira (PP/AL), o colegiado foi encerrado por decurso de prazo. A matéria aguarda deliberação no Senado Federal.

Próximas etapas

Comissão Especial	Plenário CD	Senado Federal

PLP 277/2008 – IMPOSTO SOBRE GRANDES FORTUNAS

De autoria da ex-deputada Luciana Genro (PSOL/RS), regulamenta o inciso VII, do art. 153, da Constituição Federal (Imposto sobre Grandes Fortunas).

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto está pronto para a pauta no plenário.

Próximas etapas

Plenário CD Senado Federal

PLP 183/2019 – IMPOSTO SOBRE GRANDES FURTUNAS

De autoria do senador Plínio Valério (PSDB/AM), regulamenta o disposto no art. 153, inciso VII, da Constituição Federal, para instituir o Imposto sobre Grandes Fortunas.

Onde tramita

No Senado Federal, o projeto aguarda designação de relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Próximas etapas

CAE -------- **Plenário SF** -------- **Câmara dos Deputados**

REFORMA FISCAL

Principais propostas legislativas em trâmite:

- Revogação da Emenda Constitucional nº 95/2016, que criou o teto de gastos (PEC 439/2018 e PEC 379/2017)
- Exclui a assistência social do teto de gastos (PEC 422/2018)

- Exclui despesas de instituições federais de ensino dos limites individualizados para as despesas primárias (PEC 24/2019)
- Exclui educação, saúde e segurança pública do teto de gastos (PEC 373/2017)
- Extinção e revisão dos fundos públicos (PEC 187/2019)
- Pacto federativo (PEC 188/2019)

PEC 439/2018 – REVOGAÇÃO DO TETO DE GASTOS

De autoria do deputado Pedro Uczai (PT/SC) e outros, suprime os artigos 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113 e 114 da Constituição Federal incluídos pela Emenda Constitucional 95/2016.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto aguarda designação de relator Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Próximas etapas

CCJC	Comissão Especial	Plenário CD	Senado Federal

PEC 370/2017 – REVOGAÇÃO DO TETO DE GASTOS

De autoria do deputado Reginaldo Lopes (PT/MG) e outros, suprime os artigos 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113 e 114 da Constituição Federal extinguindo o teto dos gastos.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Próximas etapas

CCJC	Comissão Especial	Plenário CD	Senado Federal

PEC 422/2018 – EXCLUI A ASSISTÊNCIA SOCIAL DO TETO DE GASTOS

De autoria do deputado Pedro Uczai (PT/SC) e outros, altera o Ato das Disposições Transitórias para excluir a assistência social do teto de gastos imposto pelo Novo Regime Fiscal.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto está apensado à PEC 370/2017, que aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Próximas etapas

CCJC	Comissão Especial	Plenário CD	Senado Federal

PEC 24/2019 – EXCLUI DESPESAS DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO DOS LIMITES INDIVIDUALIZADOS PARA AS DESPESAS PRIMÁRIAS

De autoria da deputada Luisa Canziani (PTB/PR), acrescenta inciso V, ao § 6º, do art. 107, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para excluir despesas de instituições federais de ensino, nos termos especificados, da base de cálculo e dos limites individualizados para as despesas primárias.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto aguarda parecer da relatora, deputada Tabata Amaral (PDT-SP), na Comissão Especial.

Próximas etapas

Comissão Especial	**Plenário CD**	**Senado Federal**

PEC 373/2017 – EXCLUI EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEGURANÇA PÚBLICA DO TETO DE GASTOS

De autoria do deputado Pedro Uczai (PT/SC) e outros, altera o Ato das Disposições Transitórias para excluir Educação, Saúde e Segurança Pública do teto de gastos imposto pelo Novo Regime Fiscal.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto está apensado à PEC 370/2017, que aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Próximas etapas

CCJC -------- Comissão Especial -------- Plenário CD -------- Senado Federal

PEC 187/2019 – REVISÃO DOS FUNDOS PÚBLICOS

De autoria do senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), institui reserva de lei complementar para criar fundos públicos e extingue aqueles que não forem ratificados até o final do segundo exercício financeiro subsequente à promulgação desta Emenda Constitucional, e dá outras providências.

Onde tramita

No Senado Federal, a PEC está pronta para a pauta no plenário.

Próximas etapas

Plenário SF -------- Câmara dos Deputados

PEC 188/2019 –PACTO FEDERATIVO

De autoria do senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), altera arts. 6º, 18, 20, 29-A, 37, 39, 48, 62, 68, 71, 74, 84, 163, 165, 166, 167, 168, 169, 184, 198, 208, 212, 213 e 239 da Constituição Federal e os arts. 35, 107,109 e 111do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; acrescenta à Constituição Federal os arts. 135-A, 163-A, 164-A, 167-A, 167-B, 168-A e 245-A; acrescenta ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias os arts. 91-A, 115, 116 e 117; revoga dispositivos constitucionais e legais e dá outras providências.

Onde tramita

No Senado Federal, aguarda parecer do relator senador Marcio Bittar (MDB/AC) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Próximas etapas

CCJ **Plenário SF** **Câmara dos Deputados**

PRIVATIZAÇÕES

Principais propostas legislativas em trâmite:

- Desestatização da Eletrobras (MP 1031/2021)
- Privatização dos Correios (PL 591/2021, PL 4110/2019 e PL 7488/2017)
- Autorização legislativa prévia à alienação de ações das empresas públicas (PL 3110/2019)
- Autorização legislativa para desestatização de empresas públicas (PL 3876/2020)

MP 1031/2021 – DESESTATIZAÇÃO DA ELETROBRAS

De autoria do Poder Executivo, dispõe sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras e altera a Lei nº 5.899, de 5 de julho de 1973, a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

Onde tramita

Aguada designação de relator no Senado Federal.

Próximas etapas

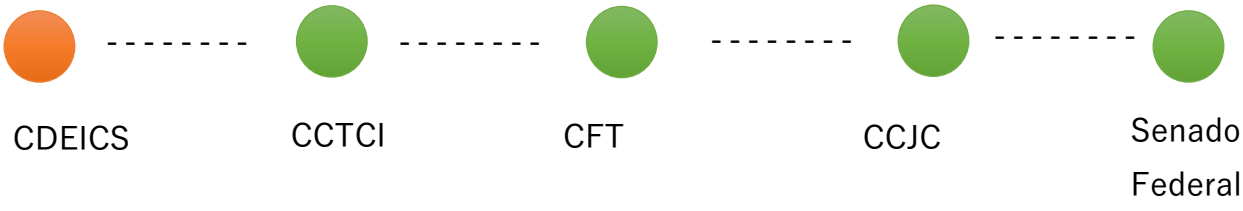
PL 591/2021 – PRIVATIZAÇÃO DOS CORREIOS

De autoria do Poder Executivo, dispõe sobre a organização e a manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, a proposta tem regime de urgência aprovada e aguarda deliberação do plenário da Casa.

Próximas etapas



PL 7488/2017 – EXTINGUE O MONOPOLIO DOS SERVICOS POSTAIS

De autoria do deputado Eduardo Bolsonaro (PSC-SP), altera a Lei nº 6.538 de 1978, de 22 de junho de 1978, que dispõe sobre os Serviços Postais, para extinguir o monopólio dessas atividades.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, tramita de forma conclusiva e aguarda parecer do relator, deputado Birá do Pindaré (PSB/MA), na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). Na CDEICS, foi aprovado parecer do relator, deputado Alexis Fonteyne (NOVO/SP), na forma de substitutivo, na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS).

Tramita apensado o PL 4110/2019, da deputada Caroline de Toni (PSL-SC), que altera a Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, para autorizar qualquer empresa a exploração de serviços postais e de telegrama, eliminando o monopólio estatal dessas atividades.

Próximas etapas

CDEICS -------- CCTCI -------- CCJC -------- Senado Federal

PL 3110/2019 – AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA PRÉVIA À ALIENAÇÃO DE AÇÕES DAS EMPRESAS PÚBLICAS

De autoria do senador Jean Paul Prates (PT/RN), altera a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, para exigir autorização legislativa prévia à alienação de ações que resulte na perda do controle acionário das empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias pelo poder público.

Onde tramita

No Senado Federal, tramita em conjunto com o PL 3460/2019, foi designada a senadora Katia Abreu (PP/TO) como relatora na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Próximas etapas

CAE -------- CCJ -------- Câmara dos Deputados

PL 3876/2020 – DESESTATIZAÇÃO DE EMPRESAS PÚBLICAS

De autoria do senador Weverton (PDT/MA), dispõe sobre a desestatização de empresas públicas e sociedades de economia mista e suas subsidiárias, revoga a Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, e dá outras providências.
Onde tramita
No Senado Federal, o projeto aguarda despacho do presidente do Senado Federal.

PROGRAMAS SOCIAIS

Principais propostas legislativas em trâmite:

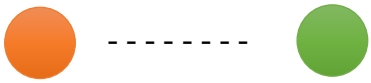
- Reformulação do Bolsa Família (PL 6072/2019)
- Programa Renda Básica Universal (PL 4856/2019)
- Recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (PEC 383/2017, PEC 200/2019)
- Proposta paralela da reforma da previdência (PEC 133/2019)

PL 6072/2019 – REFORMULAÇÃO DO BOLSA FAMÍLIA

De autoria da deputada Tabata Amaral (PDT/SP), modifica a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para reformular os benefícios financeiros do Programa Bolsa Família, assegurar a atualização monetária anual dos valores dos benefícios e dos valores referenciais para caracterização de situação de pobreza e de extrema pobreza; prevê o desligamento voluntário de famílias beneficiárias e o retorno automático ao Programa; revoga o art. 2º, o art. 2º-A, o parágrafo único do art. 3º e o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004; e dá outras providências.
Onde tramita

O projeto aguarda parecer do relator, deputado Eduardo Barbosa (PSDB/MG), na Comissão Especial.

Próximas etapas



Comissão Especial **Senado Federal**

PL 4856/2019 – PROGRAMA RENDA BÁSICA UNIVERSAL

De autoria do deputado Reginaldo Lopes (PT/MG), cria o Programa Renda Básica Universal.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto aguarda designação de relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF).

Próximas etapas

CSSF CFT CCJC Plenário CD Senado Federal

PEC 383/2017 – RECURSOS MÍNIMOS PARA O FINANCIAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

De autoria do deputado Danilo Cabral (PSB/PE) e outros, altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto aguarda constituição de Comissão Especial.

Próximas etapas

Comissão Especial **Plenário CD** **Senado Federal**

PEC 200/2019 – RECURSOS MÍNIMOS PARA O FINANCIAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

De autoria da deputada Tabata Amaral (PDT/SP) e outros, acrescenta o inciso VI e parágrafo único ao art. 203 da Constituição Federal, para assegurar a garantia de transferência de renda a unidades familiares em situação de pobreza e de extrema pobreza.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto aguarda constituição de Comissão Especial.

Próximas etapas

Comissão Especial **Plenário CD** **Senado Federal**

PEC 133/2019 – REFORMA DA PREVIDÊNCIA

De autoria da senadora Simone Tebet (MDB/MS) e outros, permite que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotem em seus regimes próprios de previdência social as mesmas regras aplicáveis ao regime próprio da União; modifica renúncias previdenciárias; prevê benefício da Seguridade Social à criança vivendo em situação de pobreza; e dá outras providências.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Próximas etapas

CCJC	Comissão Especial	Plenário CD

DIREITOS E RELAÇÕES DO TRABALHO

REFORMA TRABALHISTA

Principais propostas legislativas em trâmite:

- Revogação da reforma trabalhista (PL 8112/2017, PL 8181/2017, PL 10818/2018 e PLS 233/2017)

PL 8112/2017 – REVOGAÇÃO DA REFORMA TRABALHISTA

De autoria do ex-deputado Marco Maia (PT/RS), acrescenta dispositivo a Lei de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e nº 8.212, de 24 de julho de 1991, modificada pela Lei nº 13.467 de 13 de julho de 2017 a fim restabelecer direitos retirados.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto aguarda designação de relator na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).

Próximas etapas

CTASP	CCJC	Senado Federal

PL 8181/2017 – REVOGA A REFORMA TRABALHISTA

De autoria do ex-deputado Jean Wyllys (PSOL/RJ), altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto está apensado ao PL 8112/2017, que aguarda designação de relator na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).

Próximas etapas

CTASP	CCJC	Senado Federal

PL 10818/2018 – MODIFICA A REFORMA TRABALHISTA

De autoria do ex-deputado Nelson Pellegrino (PT/BA), altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para revogar e modificar dispositivos incluídos pela reforma trabalhista aprovada pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto aguarda designação de relator na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).

Próximas etapas

CTASP	CCJC	Senado Federal

PLS 233/2017 – REVOGA A REFORMA TRABALHISTA

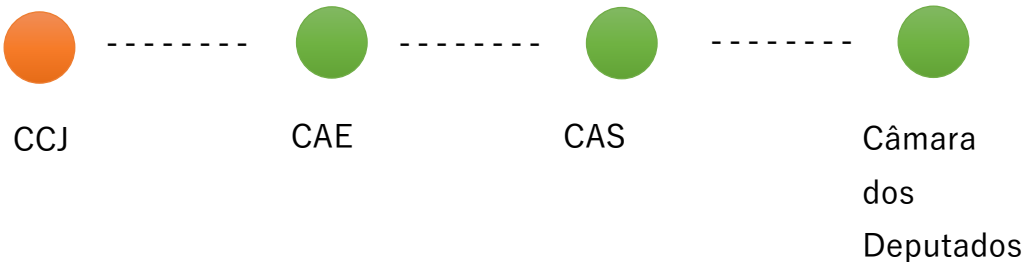
De autoria do senador Paulo Paim (PT/RS), revoga a Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT),

aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974; nº 8.036, de 11 de maio de 1990; e nº 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.

Onde tramita

No Senado Federal, o projeto aguarda designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Próximas etapas



NEGOCIAÇÃO COLETIVA

Principais propostas legislativas em trâmite:

- Demissão coletiva (PL 8890/2017)
- Estabelece o acordo individual sobre o coletivo (PL 3907/2020)
- Revoga a prevalência da convenção ou acordo coletivo de trabalho sobre a lei (PLS 252/2017)
- Limites das negociações individuais e coletivas (PL 10572/2018)
- Assistência do sindicato na rescisão contratual (PL 8413/2017 e PL 288/2019)

PL 8890/2017 – DEMISSÃO COLETIVA

De autoria do ex-deputado Rogério Silva (MDB/MT), acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para dispor sobre os procedimentos de demissão coletiva.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto está apensado ao PL 8112/2017, que aguarda designação de relator na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).

Próximas etapas

CTASP - - - - - - - - CCJC - - - - - - - - Senado Federal

PL 3907/2020 – ESTABELECE O ACORDO INDIVIDUAL SOBRE O COLETIVO

De autoria do deputado Celso Maldaner (MDB/SC), dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (Covid-19), e dá outras providências.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto está apensado aos PL 968/2020, PL 817/2020 e PL 749/2020, que aguardam designação do relator na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Pública (CTASP).

CTASP - - - - - - - - CFT - - - - - - - - CCJC - - - - - - - - Senado Federal

PLS 252/2017 – REVOGA A PREVALÊNCIA DA CONVENÇÃO OU ACORDO COLETIVO DE TRABALHO SOBRE A LEI

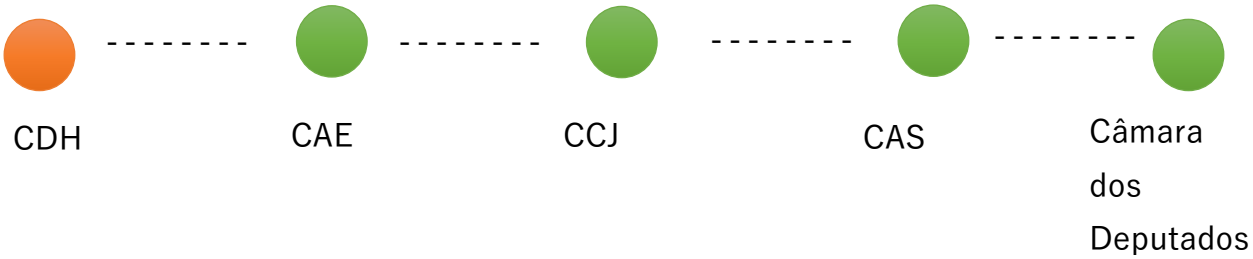
De autoria do senador Paulo Paim (PT/RS), revoga os art.611–A e 611-B, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovado pelo Decreto – Lei n° 5.452, com a redação dada pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, a fim

de revogar a prevalência da Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho sobre a Lei.

Onde tramita

No Senado Federal, o projeto aguarda designação de relator na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Próximas etapas



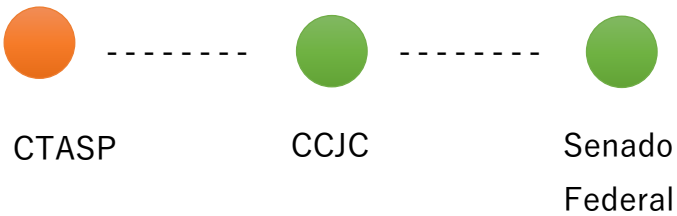
PL 10572/2018 – LIMITES DAS NEGOCIAÇÕES INDIVIDUAIS E COLETIVAS

De autoria do deputado Patrus Ananias (PT/MG), altera a redação dos arts. 444 e 611-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre os limites das negociações individual e coletiva de trabalho.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto aguarda parecer da relatora, deputada Flávia Morais (PDT/GO), na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).

Próximas etapas



PL 8413/2017 – RESCISÃO CONTRATUAL

De autoria do ex-deputado Marco Maia (PT/RS), altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para dispor sobre a rescisão contratual, revogando-se os arts. 477, 477-A, 477-B e 484-A.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto aguarda parecer do relator, deputado André Figueiredo (PDT/CE) na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP).

Próximas etapas

CTASP -------- CCJC -------- Plenário CD -------- Senado Federal

PL 288/2019 – RECISÃO CONTRATUAL

De autoria do deputado Rubens Otoni (PT/GO), altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para dispor sobre a rescisão contratual, revogando-se os arts. 477, 477-A, 477-B e 484-A.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto está apensado ao PL 8413/2019, que aguarda parecer do relator deputado André Figueiredo (PDT/CE) na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP).

Próximas etapas

CTASP -------- CCJC -------- Plenário CD -------- Senado Federal

AUTÔNOMO EXCLUSIVO

Principais propostas legislativas em trâmite:

- Extinguir a figura do autônomo exclusivo (PL 8303/2017 e PL 288/2019)

PL 8303/2017 – ACABA COM O AUTÔNOMO EXCLUSIVO

De autoria do deputado André Figueiredo (PDT/CE), suprime o art. 442-B da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto aguarda deliberação na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).

O parecer é da relatora, deputada Flávia Morais (PDT/GO), pela aprovação deste e do PL 2.755/2019, apensado, com substitutivo, e pela rejeição do PL 11.153/2018, apensado.

Próximas etapas

CTASP -------- CCJC -------- Senado Federal

PL 270/2017 – EXTINGUE A FIGURA DO TRABALHADOR AUTÔNOMO

De autoria do senador Paulo Paim (PT/RS), revoga o art. 442-B da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação dada pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, que trata da contratação do trabalhador autônomo.

Onde tramita

No Senado Federal, o projeto aguarda designação de relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Próximas etapas

CAE -------- CCJ -------- CAS -------- Câmara dos Deputados

GESTANTE E LACTANTE EM ATIVIDADE INSALUBRE

Principais propostas legislativas em trâmite:

- Afastamento da gestante e lactante de atividades insalubres (PL 8304/2017)
- Proteção da gestante e lactante em face do labor insalubre (PL 11239/2018)

PL 8304/2017 – AFASTAMENTO DA GESTANTE E LACTANTE DE ATIVIDADES INSALUBRES

De autoria do deputado André Figueiredo (PDT/CE), altera o art. 394-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto está apensado ao PL 11239/2018, que tramita em regime de urgência. Aguarda parecer nas Comissões de Seguridade Social e Família (CSSF); de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC); de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP). Foi aprovado parecer favorável com alterações, do relator, deputado Fábio Trad (PSD-MS), na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER). Aguardando deliberação no plenário.

Próximas etapas

PL 11239/2018 – PROTEÇÃO DA GESTANTE E LACTANTE EM FACE DO LABOR INSALUBRE

De autoria do ex-senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO), altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a proteção da trabalhadora gestante ou lactante em face do labor insalubre.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto tramita em regime de urgência. Aguarda parecer nas Comissões de Seguridade Social e Família (CSSF); de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC); de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Foi aprovado parecer favorável com alterações, do relator, deputado Fábio Trad (PSD-MS), na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER). Aguardando deliberação no plenário.

Próximas etapas

ACESSO À JUSTIÇA DO TRABALHO

Principais propostas legislativas em trâmite:

- Processo do trabalho (PL 6323/2016)
- Benefícios da justiça gratuita (PL 10817/2018)
- Revoga a faculdade de celebração de quitação anual de obrigações trabalhistas (PLS 251/2017)

PL 6323/2016 – PROCESSO DO TRABALHO

De autoria do deputado Mauro Lopes (MDB/MG), da nova redação a dispositivos do art. 790, 790-B, 844 e 899 e acrescenta um art. 844-A à Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre processo do trabalho.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto aguarda deliberação na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).

O parecer é do relator, deputado André Figueiredo (PDT/CE), pela aprovação dos Projetos de Lei nº 8.845/2017, 8.883/2017, 9.466/2018, 9.571/2018, 9.572/2018, 10.545/2018, 10.680/2018, 10.817/2018, 254/2019, 2.687/2019 e 5.908/2019, apensados, com substitutivo, e pela rejeição deste.

Próximas etapas

CTASP -------- CCJC -------- Senado Federal

PL 10817/2018 – BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA

De autoria do ex-deputado Nelson Pellegrino (PT/BA), altera e revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho-CLT incluídos pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, para dispor sobre os benefícios da justiça gratuita.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto está apensado ao PL 6323/2016, que aguarda deliberação na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).

O parecer é do relator, deputado André Figueiredo (PDT/CE), pela aprovação dos projetos de lei nº 8.845/2017, 8.883/2017, 9.466/2018, 9.571/2018, 9.572/2018, 10.545/2018, 10.680/2018, 10.817/2018, 254/2019, 2.687/2019 e 5.908/2019, apensados, com substitutivo, e pela rejeição deste.

Próximas etapas

CTASP -------- CCJC -------- Senado Federal

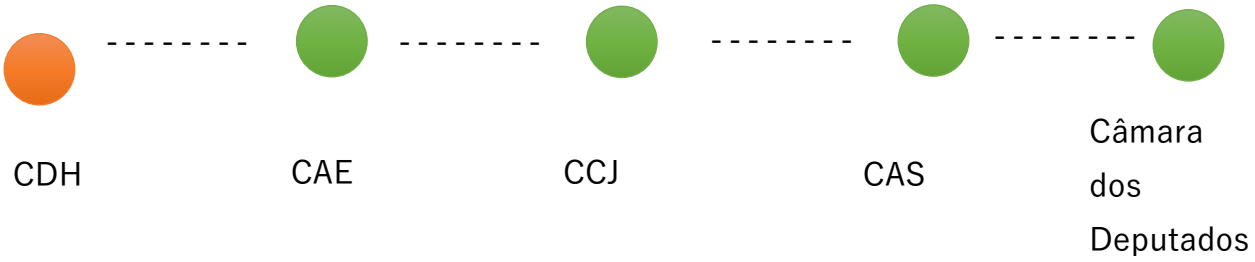
PLS 251/2017 – REVOGA A FACULDADE DE CELEBRAÇÃO DE QUITAÇÃO ANUAL DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

De autoria do senador Paulo Paim (PT/RS), revoga o art. 507–B, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovado pelo Decreto – Lei n° 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação dada pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, a fim de revogar a faculdade de empregados e empregadores firmarem termo de quitação anual de obrigações trabalhistas.

Onde tramita

No Senado Federal, o projeto aguarda designação de relator na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Próximas etapas



ULTRATIVIDADE

Principais propostas legislativas em trâmite:

- Garantia da ultratividade das normas estabelecidas em convenções ou acordo coletivo (PL 2699/2019)

PL 2699/2019 – GARANTIA DA ULTRATIVIDADE DAS NORMAS ESTABELECIDAS EM CONVENÇÕES OU ACORDO COLETIVO

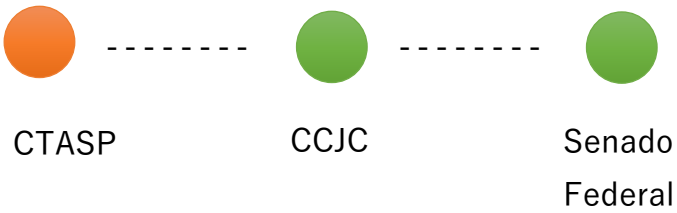
De autoria do deputado Valtenir Pereira (MDB/MT), altera o § 3º, do art. 614 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para garantir a ultratividade das normas estabelecidas

em convenção ou acordo coletivo de trabalho até que sejam modificadas ou suprimidas mediante negociação coletiva de trabalho.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto está apensado ao PL 8112/2017, que aguarda designação de relator na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).

Próximas etapas



TRABALHO INTERMITENTE

Principais propostas legislativas em trâmite:

- Revogação do trabalho intermitente (PL 9467/2018, PL 8360/2017 e PLS 253/2017)
- Altera e revoga dispositivos relacionados ao trabalho intermitente (PL 8766/2017)
- Regulamenta auxílio-doença e salário maternidade do trabalhador intermitente (PL 2176/2019)
- Contrato de trabalho intermitente (PL 10576/2018)

PL 9467/2018 – REVOGAÇÃO DO TRABALHO INTERMITENTE

De autoria do deputado Alessandro Molon (PSB/RJ), altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto está pronto para pauta na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).

O parecer é do deputado André Figueiredo (PDT/CE), pela aprovação, com substitutivo.

Próximas etapas

CTASP -------- CCJC -------- Senado Federal

PL 8766/2017 – ALTERA E REVOGA DISPOSITIVOS RELACIONADOS AO TRABALHO INTERMITENTE

De autoria da deputada Erika Kokay (PT/DF), altera e revoga os dispositivos relacionados ao trabalho intermitente, introduzidos à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto está apensado ao PL 4132/2012, que aguarda parecer do relator, deputado Silvio Costa Filho (REPUBLICANOS/PE), na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).

Próximas etapas

CTASP -------- CCJC -------- Plenário CD

PL 8360/2017 –REVOGA O CONTRATO DE TRABALHO INTERMITENTE

De autoria do ex-deputado Marco Maia (PT/RS), altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para revogar o contrato de trabalho intermitente.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto está apensado ao PL 4132/2012, que aguarda parecer do relator, deputado Silvio Costa Filho (REPUBLICANOS/PE), na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).

Próximas etapas

CTASP -------- CCJC -------- Plenário CD

PL 2176/2019 – REGULAMENTA AUXÍLIO-DOENÇA E SALÁRIO MATERNIDADE DO TRABALHADOR INTERMITENTE

De autoria do deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS/SP), regulamenta a concessão do auxílio-doença e do salário maternidade ao trabalhador intermitente.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto está apensado ao PL 4132/2012, que aguarda parecer do relator, deputado Silvio Costa Filho (REPUBLICANOS/PE), na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).

Próximas etapas

CTASP -------- CCJC -------- Plenário CD

PL 10576/2018 – CONTRATO DE TRABALHO INTERMITENTE

De autoria do deputado Patrus Ananias (PT/MG), altera a Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre o contrato de trabalho intermitente.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto está apensado ao PL 4132/2012, que aguarda parecer do relator, deputado Silvio Costa Filho (REPUBLICANOS/PE), na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).

Próximas etapas

CTASP -------- CCJC -------- Plenário CD

PLS 253/2017 – REVOGA O TRABALHO INTERMITENTE

De autoria do senador Paulo Paim (PT/RS), revoga o § 3º do art. 443 e o art. 452-A, e altera o "caput" do art. 443 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovado pelo Decreto – Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação dada pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, a fim de revogar o trabalho intermitente.

Onde tramita

No Senado Federal, o projeto aguarda designação de relator na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Próximas etapas

CDH -------- CAE -------- CCJ -------- CAS -------- Câmara dos Deputados

TERCEIRIZAÇÃO

Principais propostas legislativas em trâmite:

- Contratos de terceirização (PLC 30/2015 e PLS 339/2015)
- Tratamento isonômico entre trabalhadores prestadores de serviço e contratados diretos (PL 6363/2005)
- Define responsabilidade solidária da contratante (PL 7980/2017)

PLC 30/2015 – CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO

De autoria do ex-deputado Sandro Mabel (MDB/GO), dispõe sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes.

Onde tramita

No Senado Federal, o projeto tramita em conjunto com PLC 195/2015 e PLS 339/2016, aguarda designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Próximas etapas

- - - - - - - -

CCJ Plenário CD

PLS 339/2016 – CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO

De autoria do senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), dispõe sobre os contratos de terceirização por pessoas de natureza jurídica de direito privado e as relações de trabalho deles decorrentes.

Onde tramita

No Senado Federal, o projeto tramita em conjunto com PLC 30/2015 e PLC 195/2015, aguarda designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Próximas etapas

- - - - - - - -

CCJ Plenário SF

Plenário

PL 6363/2005 – TRATAMENTO ISONÔMICO ENTRE TRABALHADORES PRESTADORES DE SERVIÇO E CONTRATADOS DIRETOS

12 da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, a fim de assegurar aos trabalhadores temporários e prestadores de serviços tratamento isonômico em relação aos direitos concedidos aos empregados das empresas contratantes.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto está apensado ao PL 4132/2012, que aguarda parecer do relator, deputado Silvio Costa Filho (REPUBLICANOS/PE), na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).

Próximas etapas

-------- --------

CTASP CCJC Plenário CD

PL 7980/2017 – DEFINE RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA CONTRATANTE

De origem da SUG 145/2014 CLP, altera o art. 5º-A da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para dispor sobre a responsabilidade da empresa contratante relativamente ao pagamento de direitos trabalhistas e sociais dos empregados da empresa contratada de prestação de serviços.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto está apensado ao PL 4132/2012, que aguarda parecer do relator, deputado Silvio Costa Filho

(REPUBLICANOS/PE), na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).

Próximas etapas

CTASP -------- CCJC -------- Plenário CD

PLATAFORMA/APLICATIVOS

Principais propostas legislativas em trâmite:

- Regime de trabalho sob demanda (PL 3748/2020 e PLS 3754/2020)
- Contrato de trabalho em plataformas digitais (PL 4172/2020)
- Revoga o teletrabalho (PL 8501/2017)
- Detalha as obrigações do empregador na realização do teletrabalho (PL 3512/2020)
- Teletrabalho realizado fora das dependências do empregador (PL 5581/2020)
- Regulamenta o teletrabalho (PL 4931/2020)

PL 3748/2020 – REGIME DE TRABALHO SOB DEMANDA

De autoria da deputada Tabata Amaral (PDT/SP) e outros, institui e dispõe sobre o regime de trabalho sob demanda.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto está apensado ao PL 5069/2019, que aguarda designação de relator na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS).

Próximas etapas

CDEICS -------- CTASP -------- CCJC -------- Senado Federal

PL 4172/2020 – NOVO CONTRATO DE TRABALHO EM PLATAFORMAS DIGITAIS

De autoria do deputado Henrique Fontana (PT/RS) e outros, dispõe sobre a criação de um novo contrato de trabalho em plataformas digitais de transporte individual privado ou de entrega de mercadorias.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto está apensado ao PL 5069/2019, que aguarda designação de relator na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS).

Próximas etapas

CDEICS -------- CTASP -------- CCJC -------- Senado Federal

PL 3754/2020 – REGIME DE TRABALHO SOB DEMANDA

De autoria do senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), institui e dispõe sobre o regime de trabalho sob demanda.

Onde tramita

No Senado Federal, o projeto aguarda despacho do presidente do Senado Federal.

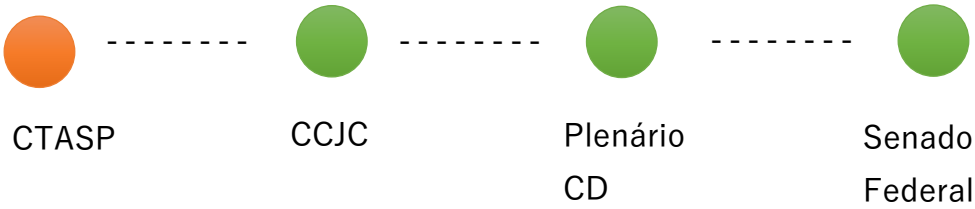
PL 8501/2017 – REVOGA O TELETRABALHO

De autoria do ex-deputado Marco Maia (PT/RS), altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para revogar o teletrabalho.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto aguarda parecer do relator, deputado André Figueiredo (PDT/CE), na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).

Próximas etapas



PL 3512/2020 – DETALHA AS OBRIGAÇÕES DO EMPREGADOR NA REALIZAÇÃO DO TELETRABALHO

De autoria do senador Fabiano Contarato (REDE/ES), revoga o inciso III, do art. 62, altera o art. 75-D, e acrescenta o art. 75-F ao Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para detalhar as obrigações do empregador na realização do teletrabalho.

Onde tramita

No Senado Federal, o projeto aguarda despacho do presidente do Senado Federal.

PL 5581/2020 – TELETRABALHO REALIZADO FORA DAS DEPENDÊNCIAS DO EMPREGADOR

De autoria do deputado Rodrigo Agostinho (PSB/SP), dispõe sobre o teletrabalho realizado fora das dependências do empregador, e altera disposições da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e dá outras providências.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto está apensado ao PL 8501/2017, que aguarda parecer do relator, deputado André Figueiredo (PDT/CE), na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).

Próximas etapas

CTASP -------- CCJC -------- Plenário CD -------- Senado Federal

PL 4931/2020 – REGULAMENTA O TELETRABALHO

De autoria do deputado Pedro Paulo (DEM/RJ), altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para dispor e regulamentar o teletrabalho.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto está apensado ao PL 8501/2017, que aguarda parecer do relator, deputado André Figueiredo (PDT/CE), na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).

Próximas etapas

CTASP -------- CCJC -------- Plenário CD -------- Senado Federal

PL 5003/2020 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM HOME OFFICE

De autoria do deputado Kim Kataguiri (DEM/SP), altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para inserir o Capítulo II-B ao Título II, dispondo sobre a prestação de serviços em Home Office.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto está apensado ao PL 8501/2017, que aguarda parecer do relator, deputado André Figueiredo (PDT/CE), na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).

Próximas etapas

CTASP -------- CCJC -------- Plenário CD -------- Senado Federal

AUTOMAÇÃO

Principais propostas legislativas em trâmite:

- Regula a proteção em face da automação (PL 1091/2019)

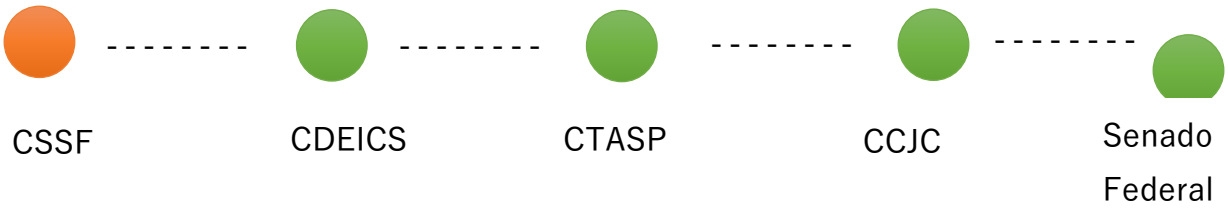
PL 1091/2019 – REGULA A PROTEÇÃO EM FACE DA AUTOMAÇÃO

De autoria do deputado Wolney Queiroz (PDT/PE), regula o disposto no inciso XXVII do art. 7º da Constituição Federal, que estabelece o direito de o trabalhador urbano e rural ter "proteção em face da automação, na forma da lei".

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto aguarda designação de parecer na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF).

Próximas etapas



JORNADA DE TRABALHO

Principais propostas legislativas em trâmite:

- Reduz a jornada máxima de trabalho (PEC 231/1995)
- Duração da jornada de trabalho (PL 3129/1997)
- Simplifica o cálculo da hora noturna (PL 5626/2020)
- Trabalho aos domingos e feriados (PL 6102/2019)

- Horas in itinere (PL 8991/2017)
- Descanso intrajornada e entre jornadas (PL 8574/2017)
- Negociado terá primazia sobre o legislado apenas quando for mais benéfico para o trabalhador (PL 8692/2017)
- Proíbe horas extras para regime parcial (PLS 281/2017)
- Remuneração das parcelas não fruídas do intervalo intrajornada (PLS 282/2017)

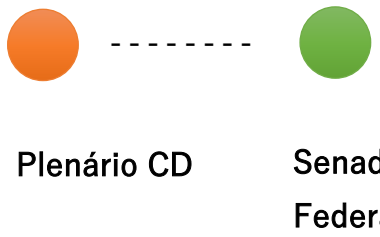
PEC 231/1995 – REDUZ A JORNADA MÁXIMA DE TRABALHO

De autoria do ex-deputado Inácio Arruda (PCdoB/CE), altera os incisos XIII e XVI do art. 7º da Constituição Federal.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, está pronta para pauta no plenário.

Próximas etapas



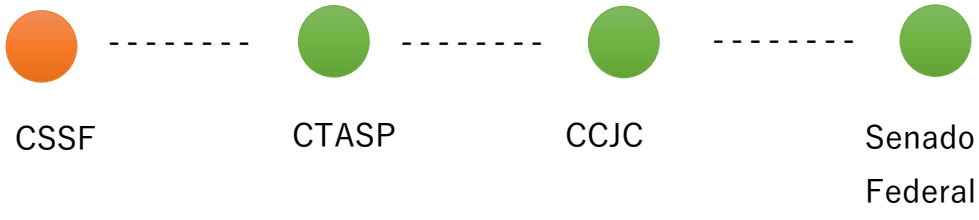
PL 3129/1997 – DURAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

De autoria do ex-deputado Paulo Paim (PT/RS), dispõe sobre a duração da jornada de trabalho semanal.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto aguarda parecer do relator, deputado Pedro Westphalen (PP/RS), na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF).

Próximas etapas



PL 5626/2020 – SIMPLIFICA O CÁLCULO DA HORA NOTURNA

De autoria do deputado Alexis Fonteyne (NOVO/SP), altera o artigo 73 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para simplificar o cálculo da hora noturna.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto está apensado ao PL 3129/1997, que aguarda o parecer do relator, deputado Pedro Westphalen (PP/RS), na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF).

Próximas etapas

CSSF -------- CTASP -------- CCJC -------- Senado Federal

PL 6102/2019 – TRABALHO AOS DOMINGOS E FERIADOS

De autoria do deputado Jerônimo Goergen (PP/RS), altera e revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e revoga artigos da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, e da Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre o trabalho aos domingos e feriados.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto está apensado ao PL 2369/2015, que aguarda votação do parecer favorável, com substitutivo apresentado pelo relator, deputado Luiz Carlos Motta (PL/SP), na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).

Próximas etapas

CTASP -------- CCJC -------- Senado

PL 8991/2017 – HORAS IN ITINERE

De autoria do ex-deputado Marco Maia (PT/RS), altera o art. 58 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para dispor sobre as horas in itinere.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto está apensado ao PL 3129/1997, que aguarda parecer do relator, deputado Pedro Westphalen (PP/RS), na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF).

Próximas etapas

CSSF -------- CTASP -------- CCJC -------- Senado Federal

PL 8574/2017 – DESCANSO INTRAJORNADA E ENTRE JORNADAS

De autoria do ex-deputado Marco Maia (PT/RS), altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, para dispor sobre os descansos intrajornada e entre jornadas.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto está apensado ao PL 3129/1997, que aguarda parecer do relator, deputado Pedro Westphalen (PP/RS), na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF).

Próximas etapas

CSSF -------- CTASP -------- CCJC -------- Senado Federal

PL 8692/2017 – NEGOCIADO TERÁ PRIMAZIA SOBRE O LEGISLADO APENAS QUANDO FOR MAIS BENÉFICO PARA O TRABALHADOR

De autoria do ex-deputado Marco Maia (PT/RS), acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, revogando-se os § § 2º e 3º do art. 8º, o art. 611-A, e o art. 611-B, para estabelecer que o negociado terá primazia sobre o legislado apenas quando as condições estabelecidas em seu conjunto forem mais benéficas ao trabalhador.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto está apensado ao PL 3129/1997, que aguarda parecer do relator, deputado Pedro Westphalen PP/RS), na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF).

Próximas etapas

CSSF -------- CTASP -------- CCJC -------- Senado Federal

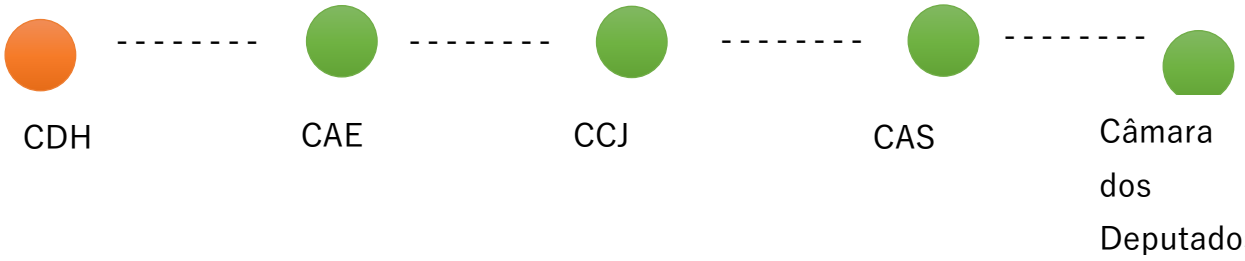
PLS 281/2017 – PROÍBE HORAS EXTRAS PARA REGIME PARCIAL

De autoria do senador Paulo Paim (PT/RS), acrescenta § 5º ao art. 59, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação atribuída pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, para dispor que os empregados sob o regime de tempo parcial não poderão prestar horas extras.

Onde tramita

No Senado Federal, o projeto aguarda apresentação do parecer do relator, Senador Fabiano Contarato (Rede/ES), na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Próximas etapas



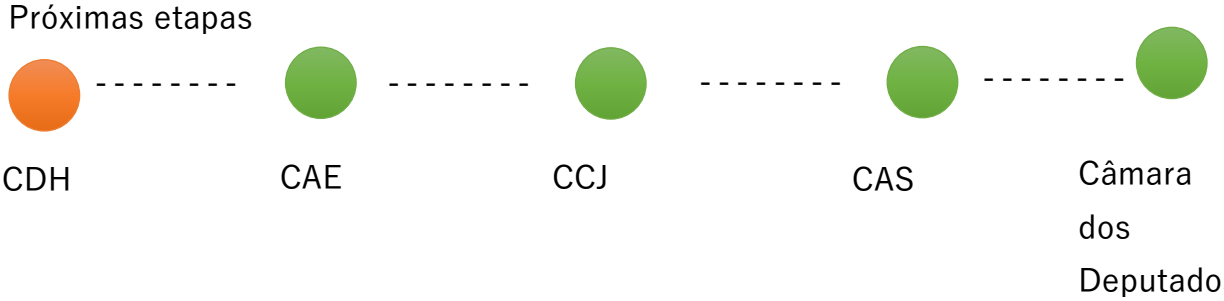
PLS 282/2017 – REMUNERAÇÃO DAS PARCELAS NÃO FRUÍDAS DO INTERVALO INTRAJORNADA

De autoria do senador Paulo Paim (PT/RS), dá nova redação ao § 4º do art. 71, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação atribuída pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, para determinar que a ausência, ainda que parcial, de fruição do intervalo intrajornada enseja o pagamento integral do período suprimido, com acréscimo de cinquenta por cento e natureza salarial.

Onde tramita

No Senado Federal, o projeto aguarda apreciação do parecer favorável, do relator, Senador Flávio Arns (Podemos/PR), na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Próximas etapas



TRABALHO ESCRAVO E INFANTIL

Principais propostas legislativas em trâmite:

- Penalidades para o trabalho escravo (PL 5016/2005)

- Proíbe o empregador de submeter o empregado a condições degradantes de trabalho (PL 6526/2016)
- Conceito de trabalho análogo ao de escravo (PL 3842/2012)
- Cassação do CNPJ de empresas que fazem uso de trabalho análogo ao escravo (PL 7946/2017)

PL 5016/2005 – PENALIDADES PARA O TRABALHO ESCRAVO

De autoria do senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), estabelece penalidades para o trabalho escravo, altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que regula o trabalho rural, e dá outras providências.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto aguarda constituição de Comissão Especial.

Próximas etapas

- - - - - - - -

PL 6526/2016 – PROIBE O EMPREGADOR SUBMETER O EMPREGADO A CONDIÇÕES DEGRADANTES DE TRABALHO

De autoria do deputado Helder Salomão (PT/ES), acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho para proibir o empregador de submeter o empregado a condição degradante de trabalho, bem como adotar prática que resulte em restrição à sua liberdade, e dá outras providências.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto está apensado ao PL 5016/2005, que aguarda constituição de Comissão Especial.

Próximas etapas

- - - - - - - -

Comissão Especial **Plenário CD**

PL 3842/2012 – CONCEITO DE TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO

De autoria do ex-deputado Moreira Mendes (PSD/RO), dispõe sobre o conceito de trabalho análogo ao de escravo.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto está apensado ao PL 5016/2005, que aguarda constituição de Comissão Especial.

Próximas etapas

- - - - - - - -

Comissão Especial **Plenário CD**

PL 7946/2017 – CASSAÇÃO DO CNPJ DE EMPRESAS QUE FAZEM USO DE TRABALHO ANÁLOGO AO ESCRAVO

De autoria do deputado Roberto de Lucena (PODE/SP), acrescenta artigo à Lei nº 4.503, de 30 de novembro de 1964, para determinar a cassação da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) de empresas que façam uso direto ou indireto de trabalho escravo.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto aguarda designação de relator na Comissão de Justiça e de Cidadania (CCJC).

Próximas etapas

- - - - - - - -

CCJC **Senado Federal**

PL 6895/2017 – CARACTERIZA COMO CRIME A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

De autoria do senador Paulo Rocha (PT/PA), acrescenta art. 207-A ao Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para caracterizar como crime a exploração do trabalho infantil.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto aguarda parecer do relator, deputado Abi-Ackel (PSDB/MG), na Comissão de Justiça e de Cidadania (CCJC).

Próximas etapas

- - - - - - - -

CCJC **Plenário CD**

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR

Principais propostas legislativas em trâmite:

- Estabilidade provisória do trabalhador vítima de acidente de trabalho (PL 1780/2007)
- Peso máximo que um trabalhador pode remover (PL 5746/2005)
- Obrigatoriedade da promoção de ações de imunização (PL 4137/2012)
- Aplicação de metas de Saúde e Segurança no Trabalho (SST) como critério para fixação de direitos relativos à participação nos lucros e resultados (PL 2683/2019)
- Fim da equiparação do acidente de trajeto a acidente de trabalho (PL 4004/2020)

- Regras para o procedimento de regulamentação de saúde e segurança no trabalho (PLS 539/2018)
- Aplicação das normas de saúde e segurança no trabalho para trabalhadores de áreas externas (PL 6050/2016)

PL 1780/2007 – ESTABILIDADE PROVISÓRIA DO TRABALHADOR VÍTIMA DE ACIDENTE DE TRABALHO

De autoria do deputado Daniel Almeida (PCdoB/BA), dispõe sobre a estabilidade provisória do trabalhador vítima de acidente de trabalho que apresenta redução na capacidade laboral.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto está apensado ao PL 8057/2017, que aguarda designação de relator na Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD).

Próximas etapas

CPD -------- CTASP -------- CSSF -------- CCJC

PL 5746/2005 – PESO MÁXIMO QUE UM TRABALHADOR PODE REMOVER

De autoria do ex-senador Marcelo Crivella (PMR/RJ), altera o art. 198 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que dispõe sobre o peso máximo que um trabalhador pode remover individualmente.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto aguarda constituição de Comissão Especial.

Próximas etapas

PL 4137/2012 – OBRIGATORIEDADE DA PROMOÇÃO DE AÇÕES DE IMUNIZAÇÃO

De autoria do ex-senador Paulo Davim (PV/RN), altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, para tornar obrigatória a promoção de ações de imunização necessárias à proteção dos trabalhadores expostos ao risco de doenças infectocontagiosas.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Próximas etapas

CCJC **Senado Federal**

PL 2683/2019 – APLICAÇÃO DE METAS DE SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO COMO CRITÉRIO PARA FIXAÇÃO DE DIREITOS RELATIVOS À

De autoria do deputado Sanderson (PSL/RS), altera a Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, para permitir a aplicação de metas vinculadas ao desempenho de ações em prevenção de acidentes como critério ou condição para fixação dos direitos relativos à participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto aguarda parecer do relator, deputado Alexis Fonteyne (NOVO/SP), na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).

Próximas etapas

CTASP - - - - - - - - CCJC - - - - - - - - Senado Federal

PL 4004/2020 – FIM DA EQUIPARAÇÃO DO ACIDENTE DE TRAJETO A ACIDENTE DE TRABALHO

De autoria do deputado Laercio Oliveira (PP/SE), revoga a alínea "d," do inciso IV, do artigo 21, da Lei n° 8.213, de 24 de julho de 1991, em função da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (Covid-19).

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto aguarda parecer do relator, deputado Hiran Gonçalves (PP/RR), na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF).

Próximas etapas

CSSF - - - - - - - - CTASP - - - - - - - - CCJC - - - - - - - - Senado Federal

PLS 539/2018 – REGRAS PARA O PROCEDIMENTO DE REGULAMENTAÇÃO DE SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

De autoria do senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB), acrescenta o artigo 200-A e incisos à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para estabelecer regras para o procedimento de regulamentação da saúde e segurança no trabalho.

Onde tramita

No Senado Federal, aguarda designação de relator na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Próximas etapas

CAS -------- Plenário SF -------- Câmara dos Deputados

PL 6050/2016 – APLICAÇÃO DAS NORMAS DE SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO PARA TRABALHADORES DE ÁREAS EXTERNAS

De autoria da deputada Erika Kokay (PT/DF), acrescenta parágrafo ao art. 154, da Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a aplicação das normas de medicina e de segurança do trabalho aos trabalhadores em áreas externas.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, aguarda votação do parecer da relatora, deputada Flávia Morais (PDT/GO), pela aprovação, com emenda, na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).

Próximas etapas

CTASP -------- CCJC -------- Senado Federal

REMUNERAÇÃO DO TRABALHADOR

Principais propostas legislativas em trâmite:

- Remuneração das contas do FGTS (PLC 103/2015 e PL 6223/2016)
- Desonera a remuneração de férias e do décimo terceiro (PL 2708/2007)
- Renovação da política de valorização do salário mínimo (PL 7469/2014)
- Permite atuação de instituições privadas no FGTS (PL 2995/2020)
- Reduz o valor do depósito do FGTS para micro e pequenas empresas (PL 4597/2016)
- Valores da tabela mensal do imposto sobre a renda da pessoa física (PL 5205/2016)
- Permite a movimentação da conta vinculada do trabalhador no (FGTS) na hipótese de pedido de demissão (PLS 392/2016)
- Programas de participação nos lucros ou resultados (PL 3016/2015)

PLC 103/2015 – REMUNERAÇÃO DAS CONTAS DO FGTS

Originária da SUG 71/2007 CLP, dispõe sobre a remuneração das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, estabelece regime de transição para o aumento dessa remuneração, altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990; e dá outras providências.

Onde tramita

No Senado Federal, o projeto aguarda apreciação de requerimento de tramitação conjunta.

Próximas etapas

Secretaria Legislativa do
Senado Federal

PL 6223/2016 – REMUNERAÇÃO DAS CONTAS DO FGTS

De autoria do deputado Fausto Pinato (PP-SP), equipara a remuneração dos saldos das contas vinculadas do FGTS e dos depósitos nessas contas à remuneração dos depósitos de poupança e dá outras providências.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, aguarda parecer do relator, deputado Sanderson (PSL/RS), na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP).

Próximas etapas

CTASP -------- CFT -------- CCJC -------- SENADO FEDERAL

PL 2708/2007 – DESONERA A REMUNERAÇÃO DE FÉRIAS E DO DÉCIMO TERCEIRO

De autoria do ex-deputado Luiz Carlos Busato (PTB/RS), altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas e da organização e custeio da previdência social para desonerar a remuneração de férias e o décimo terceiro salário.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto aguarda designação de relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

Próximas etapas

CFT -------- CCJC -------- Senado Federal

PL 7469/2014 – RENOVAÇÃO DA POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO

De autoria do deputado Paulo Pereira da Silva (SD/SP) e outros, altera a Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, com o objetivo de estender o prazo referente à política de valorização do salário mínimo e, consequentemente, o seu aumento real, mantendo os índices de correção vigentes.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto está apensado ao 7185/2014, pronto para deliberação do plenário.

Próximas etapas

Plenário CD -------- Senado Federal

PL 2995/2020 – PERMITE ATUAÇÃO DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS NO FGTS

De autoria do deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL/SP), altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a atuação de instituições financeiras como agentes operadores do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, aguarda parecer do relator, deputado Sanderson (PSL/RS), na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP).

Próximas etapas

CTASP -------- CFT -------- CCJC -------- SENADO FEDERAL

PL 4597/2016 – REDUZ O VALOR DO DEPÓSITO DO FGTS PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

De autoria do deputado Jerônimo Goergen (PP/RS), dispõe sobre a possibilidade de o microempresário, o pequeno empresário, o microempreendedor individual (MEI) e o empregador pessoa física depositarem mensalmente no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) o valor relativo à multa por dispensa sem justa causa do empregado.

Pela proposta, o valor do depósito é de 3,2% sobre a remuneração devida. Este valor é o previsto na Lei Complementar nº 150/2015, que regulamentou o direito ao FGTS pelos empregados domésticos. A lei determina que o empregador doméstico deposite mensalmente o valor equivalente à multa por dispensa sem justa causa na conta vinculada do trabalhador no FGTS.

Atualmente, a Lei nº 8.036/1990 determina que o empregador, no caso de demissão sem justa causa, deposite, na conta vinculada do trabalhador, 40% do montante de todos os depósitos realizados durante a vigência do contrato de trabalho, atualizados monetariamente e acrescidos dos respectivos juros.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, aguarda parecer do relator, deputado Kim Kataguiri (DEM/SP), na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP).

Próximas etapas

CTASP -------- CFT -------- CCJC -------- SENADO FEDERAL

PL 5205/2016 – VALORES DA TABELA MENSAL DO IMPOSTO SOBRE A RENDA DA PESSOA FÍSICA

De autoria do Poder Executivo, altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, dispõe sobre a tributação das doações e heranças, do excedente do lucro distribuído pelas empresas optantes pelo lucro presumido e arbitrado, altera a tributação do direito de imagem e voz, altera o benefício fiscal concedido às empresas integrantes do Regime Especial da Indústria Química, e dá outras providências.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto está apensado ao PL 6094/2013, aguardando parecer do relator, deputado Eduardo Cury (PSDB/SP), na Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

Próximas etapas

CFT -------- CCJC -------- Senado Federal

PLS 392/2016 – PERMITIR A MOVIMENTAÇÃO DA CONTA VINCULADA DO TRABALHADOR NO FGTS NA HIPÓTESE DE PEDIDO DE DEMISSÃO

De autoria da senadora Rose de Freitas (MDB/ES), altera o inciso I do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do trabalhador no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) na hipótese de pedido de demissão.

Onde tramita

No Senado Federal, o projeto foi aprovado em decisão terminativa com parecer da CAS, teve recurso para a matéria ser deliberada no plenário da Casa. Aguardando deliberação de requerimentos do plenário solicitando a tramitação conjunta do projeto.

Próximas etapas

Plenário SF -------- Câmara dos Deputados

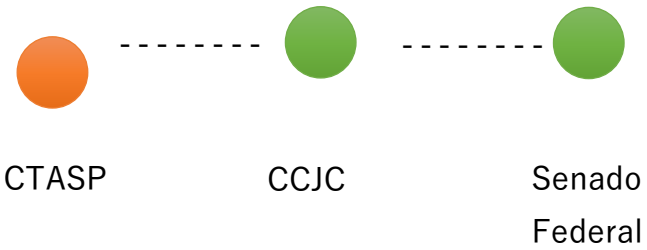
PL 3016/2015 – PROGRAMAS DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS

De autoria do deputado Laercio Oliveira (SD/SE), modifica o art. 2º da Lei 10.101, de 19 de dezembro de 2000. Altera a norma referente aos Programas de Participação nos Lucros ou Resultados, para orientar a participação das entidades sindicais nos casos de empresas com múltiplas atividades ou filiais.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto aguarda votação do parecer do relator, deputado Rogério Correia (PT/MG), na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).

Próximas etapas



EMPREGO, DEMISSÃO E SEGURO-DESEMPREGO

Principais propostas legislativas em trâmite:

- Lei do primeiro emprego (PL 5228/2019)
- Custeio do seguro-desemprego em função de rotatividade da mão de obra (PL 1579/2015)
- Regulamenta a demissão coletiva e determina outras providências (PL 6356/2005)
- Texto da Convenção nº 158, de 1982, da Organização Internacional do Trabalho – OIT (MSC 59/2008)
- Redução da idade mínima para o trabalho (PEC 18/2011)

- Equiparação das demissões individuais, plúrimas e coletivas, dispensando a participação do sindicato (PLS 366/2017)

PL 5228/2019 – LEI DO PRIMEIRO EMPREGO

De autoria do senador Irajá (PSD/TO), que institui a Nova Lei do Primeiro Emprego, e dá outras providências.

Onde tramita

No Senado Federal, o projeto aguarda o parecer do relator de plenário, senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). Vale ressaltar que têm requerimentos solicitando audiência pública.

Próximas etapas

- - - - - - - -

Plenário SF

Câmara dos Deputados

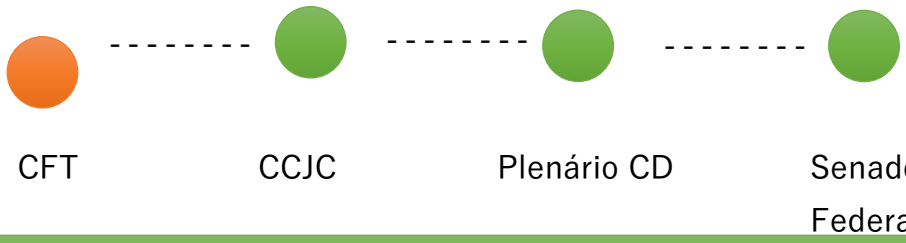
PL 1579/2015 – CUSTEIO DO SEGURO DESEMPREGO EM FUNÇÃO DE ROTATIVIDADE DA MÃO DE OBRA

De autoria do deputado André Figueiredo (PDT/CE), que regulamenta o artigo 239, § 4º da Constituição Federal de 1988, ao criar critério suplementar de financiamento do seguro-desemprego a partir da cobrança de percentual adicional sobre alíquota de contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), criado pela Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970, e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), criado pela Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970, dos sujeitos passivos cujos índices de rotatividade da força de trabalho supere o índice médio da rotatividade do respectivo setor econômico na Unidade da Federação.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto aguarda o parecer do relator, deputado Sergio Souza (MDB/PR), na Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

Próximas etapas



PL 6356/2005 – REGULAMENTA A DEMISSÃO COLETIVA E DETERMINA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

De autoria do deputado Vicentinho (PT/SP), que regulamenta a demissão coletiva e determina outras providências.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto aguarda deliberação de recurso apresentado na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. O recurso é contra a decisão que declarou a prejudicialidade do PL 6356/2005, que regulamenta a demissão coletiva e determina outras providências.

Próximas etapas

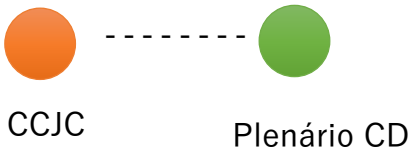
MSC 59/2008 – TEXTO DA CONVENÇÃO Nº 158, DE 1982, DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT

De autoria do Poder Executivo, que submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Convenção nº 158, de 1982, da Organização Internacional do Trabalho - OIT, sobre Término da Relação de Trabalho por iniciativa do Empregador.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto aguardando designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Próximas etapas



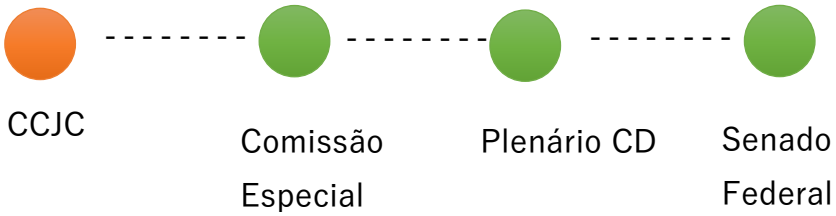
PEC 18/2011 – REDUÇÃO DA IDADE MÍNIMA PARA O TRABALHO

De autoria do ex-deputado Dilceu Sperafico (PP/PR), que dá nova redação ao inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, para autorizar o trabalho sob o regime de tempo parcial a partir dos quatorze anos de idade.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto aguardando designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Próximas etapas



PLS 366/2017 – EQUIPARAÇÃO DAS DEMISSÕES INDIVIDUAIS, PLÚRIMAS E COLETIVAS, DISPENSANDO A PARTICIPAÇÃO DO SINDICATO

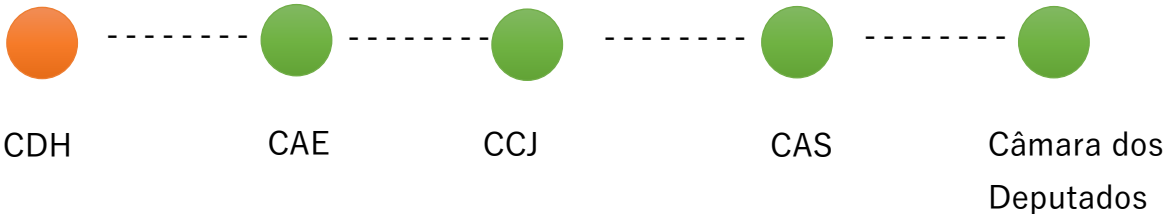
De autoria do senador Paulo Paim (PT/RS), que revoga os arts. 477-A e 477-B da CLT para eliminar a equiparação das demissões individuais, plúrimas e coletivas, dispensando a participação do sindicato ou de convenção coletiva; e a presunção de quitação geral dos direitos trabalhistas em face de adesão

a Plano de Demissão Voluntária, estabelecidas pela reforma trabalhista (Lei nº 13.467/2017).

Onde tramita

No Senado Federal, o projeto aguardando votação do parecer do relator, senador Paulo Rocha (PT/PA), com voto pela aprovação do projeto na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Foi aprovado requerimento de audiência pública na CDH.

Próximas etapas



SIMPLES TRABALHISTA

Principais propostas legislativas em trâmite:

- Simples trabalhista (PL 450/2015 e PL 2234/2019)

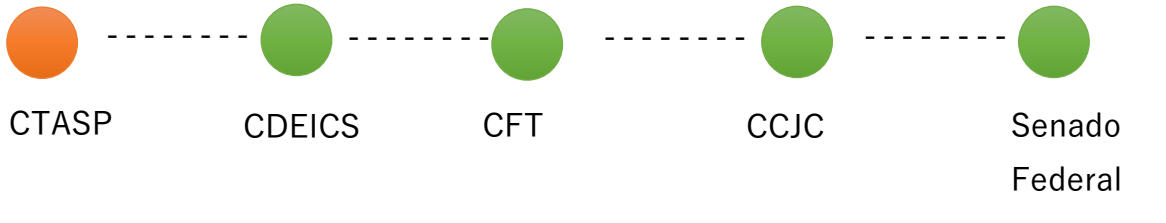
PL 450/2015 – SIMPLES TRABALHISTA

De autoria do deputado Júlio Delgado (PSB/MG), que institui o Programa de Inclusão Social do Trabalhador Informal (Simples Trabalhista) para as microempresas e empresas de pequeno porte de que trata o art. 3º da Lei Complementar nº 123 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), de 14 de dezembro de 2006, na forma que especifica.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto aguarda votação do parecer do relator, deputado Mauro Nazif (PSB/RO), na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).

Próximas etapas



PL 2234/2019 – SIMPLES TRABALHISTA

De autoria do senador Jorginho Mello (PR/SC), altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT), a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, e a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, criando o "Simples Trabalhista".

Onde tramita

No Senado Federal, a proposta aguarda parecer do relator, senador Paulo Paim (PT/RS), na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.

Próximas etapas

CAS - - - - - - - - Câmara dos Deputados

DÉBITOS TRABALHISTAS

Principais propostas legislativas em trâmite:

- Penhora sobre o faturamento da empresa (PL 3083/2019)

PL 3083/2019 – DISPÕE SOBRE A PENHORA SOBRE O FATURAMENTO DA EMPRESA

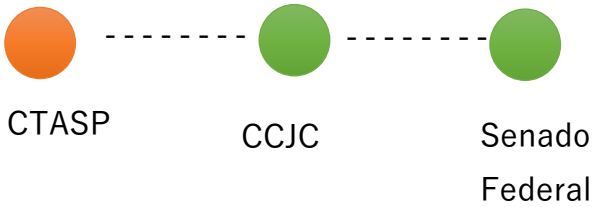
De autoria do deputado Marcos Pereira (PRB/SP), que altera os arts. 642-A e 883 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei

nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a penhora sobre o faturamento da empresa.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto aguarda votação do parecer do relator, deputado Silvio Costa Filho (REPUBLICANOS/PE), pela aprovação, com emenda, na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).

Próximas etapas



ORGANIZAÇÃO, ESTRUTURA E CUSTEIO SINDICAL

Principais propostas legislativas em trâmite:

- Reforma sindical (PEC 314/2005, PEC 29/2003, PEC 102/1995, PEC 71/1995, PEC 121/2003, PEC 252/2000, PEC 369/2005, PEC 196/2019)
- Regulamentação do artigo 8º da Constituição Federal (PL 5552/2019)
- Contribuição negocial (PL 5795/2016)
- Liberdade sindical – ratificação da Convenção 87 da OIT (PDS 16/1984)
- Proíbe que as entidades sindicais e organização não governamental (ONG) recebam qualquer tipo de contribuição (PL 1124/2021)
- Contribuições destinadas ao sustento das entidades sindicais (PL 4026/2019)
- Contribuição sindical (PL 8639/2017)

PEC 314/2005 – REFORMA SINDICAL

De autoria do deputado Iva Valente (PT/SP), dispõe sobre a Organização Sindical e dá outras providências. Altera a forma de formação e validação das entidades sindicais, vedando a interferência do Poder Público na estruturação, administração e organização sindical. Garante o direito de greve aos servidores públicos e a liberdade sindical.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Próximas etapas

PEC 29/2003 – REFORMA SINDICAL

De autoria do deputado Maurício Rands (PT/PE), Institui a liberdade sindical, alterando a redação do art. 8º da Constituição Federal. Reconhecimento das centrais sindicais; substituição processual sem limitações, abrangendo sindicato, federações, confederações ou central sindical; obrigatoriedade de desconto e repasse aos sindicatos das contribuições voluntárias dos empregados; vedação da conduta anti-sindical, com previsão de tutela antecipada especifica para reintegrar no emprego ou anular qualquer ato de retaliação contra o trabalhador em virtude de sua participação na vida sindical; eliminação da unicidade sindical, com a solução dos conflitos pela legitimidade para negociar sendo resolvido pelas centrais sindicais ou pela mediação e arbitragem; e estabelecimento da eliminação gradual da contribuição sindical, na proporção de 20% ao ano a partir da promulgação da emenda.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Próximas etapas

PEC 102/1995 – REFORMA SINDICAL

De autoria do deputado Luiz Carlos Hauly (PP/PR), dá nova redação ao art. 8º da Constituição Federal. elimina a unicidade sindical, bem como, as contribuições sindicais obrigatórias. Altera o art. 8º da Constituição Federal de 1988.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Tramita apensada a PEC 71/1995.

Próximas etapas

PEC 71/1995 – CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

De autoria do deputado Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), Dá nova redação ao art. 8º, inciso IV, da Constituição Federal. Proíbe a fixação de qualquer contribuição compulsoria dos não filiados à associação, sindicato ou entidade sindical.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, aguarda votação do parecer do relator, deputado Gilson Marques (NOVO/SC), com voto pela aprovação, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Próximas etapas

PEC 121/2003 – REFORMA SINDICAL

De autoria do deputado Almir Moura (PL/RJ), dá nova redação aos incisos II e IV do art. 8º da Constituição Federal, a fim de dispor sobre a liberdade sindical. Estabelece que organizações sindicais representativas de trabalhadores e empregadores podem constituir federações, confederações e centrais sindicais e a elas se filiarem, e qualquer uma dessas entidades pode filiar-se a organizações internacionais de trabalhadores e empregadores. E devida contribuição negocial de todos os trabalhadores abrangidos pela negociação coletiva ao sindicato que celebrou acordo ou convenção coletiva que tenha beneficiado esses trabalhadores, além de outras contribuições previstas na norma coletiva, durante a sua vigência.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Tramita apensada a PEC 29/2003.

Próximas etapas

PEC 252/2000 – REFORMA SINDICAL

De autoria do deputado Ricardo Berzoini (PT/SP), Dá nova redação ao art. 8º da Constituição Federal. Reformula a estrutura sindical; exclui o princípio da unicidade sindical e a contribuição sindical compulsória. Altera o art. 8º da Constituição Federal de 1988.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Tramita apensada a PEC 71/1995.

Próximas etapas

PEC 369/2005 – REFORMA SINDICAL

De autoria do Poder Executivo, dá nova redação aos artigos 8º, 11, 37 e 114 da Constituição Federal. Institui a contribuição de negociação coletiva, a representação sindical nos locais de trabalho e a negociação coletiva para os servidores da Administração Pública; acaba com a unicidade sindical; incentiva a arbitragem para solução dos conflitos trabalhistas e amplia o alcance da substituição processual, podem os sindicatos defender em juízo os direitos individuais homogêneos.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Tramita apensada a PEC 314/2004.

Próximas etapas

PEC 196/2019 – REFORMA SINDICAL

De autoria do deputado Marcelo Ramos (PL/AM), dá nova redação ao art. 8° da Constituição Federal e altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, aguardando constituição de Comissão Especial pela Mesa Diretora.

Próximas etapas

PL 5552/2019 – REGULAMENTAÇÃO DO ARTIGO 8 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

De autoria do deputado Lincoln Portela (PL/MG), que regulamenta o Art. 8º da Constituição Federal, que dispõe sobre a organização sindical, e dá outras providências.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto tramita apensado ao PL 4430/2008. Aguardando parecer do relator, deputado Lucas Vergilio (SOLIDARIEDADE-GO), na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).

Próximas etapas

CTASP - - - - - - - - CFT - - - - - - - - CCJC - - - - - - - - Plenário CD

PL 5795/2016 – CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL

De autoria da Comissão Especial destinada a estudar e apresentar propostas com relação ao financiamento da atividade sindical -altera os artigos 529, 530, 548, 580 e 592 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n° 5452, de 1° de maio de 1943, acrescentando-lhe o art. 549-A e um Capítulo III-A, altera o art. 92 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e revoga os § § 1º, 2º e 3º do art. 4º do Decreto-lei nº 1.166, de 15 de abril de 1971, e o art. 7° da Lei n° 11.648, de 31 de março de 2008, para dispor sobre a contribuição negocial e dá outras providências.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto tramita apensado ao PL 6706/2009. Aguardando parecer do relator, deputado Lucas Vergilio (SOLIDARIEDADE-GO), na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).

Próximas etapas

CTASP -

CFT CCJC Plenário CD

PDS 16/1984 – LIBERDADE SINDICAL – RATIFICAÇÃO DA CONVENÇÃO 87 DA OIT

De autoria da Comissão Relações Exteriores - aprova o texto da Convenção nº 87 relativa à Liberdade Sindical e à Proteção do Direito Sindical, adotada em São Francisco em 1948 por ocasião da 31ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Onde tramita

No Senado Federal, aguarda parecer do relator, senador Paulo Paim (PT-RS), na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Tem requerimento aprovado para realização de audiência pública na CAS.

Próximas etapas

- - - - - - - -

CAS Plenário SF

PL 1124/2021 – PROÍBE QUE AS ENTIDADES SINDICAIS E ONGS RECEBAM QUALQUER TIPO DE CONTRIBUIÇÃO

De autoria do deputado Paulo Eduardo Martins (PSC-PR), que inclui o art. 567 ao Decreto-Lei n° 5.452, de 1º de maio de 1943, vedando que as entidades sindicais e organizações não governamentais (ONG) recebam qualquer tipo de contribuição ou auxílio pecuniário ou estimável em dinheiro de pessoa física, entidade ou governo estrangeiros.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto aguarda despacho do presidente da Casa.

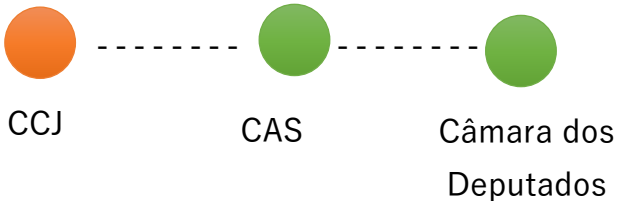
PL 4026/2019 – DISPÕE SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DESTINADAS AO SUSTENTO DAS ENTIDADES SINDICAIS

De autoria do ex-senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ), que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre as contribuições destinadas ao sustento das entidades sindicais, inclusive a contribuição sindical, e revoga dispositivo da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Onde tramita

No Senado Federal, aguarda designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

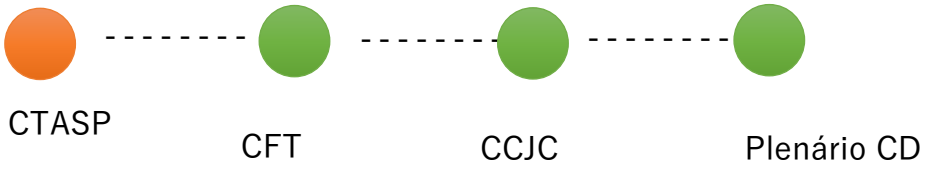
Próximas etapas



PL 8639/2017 – RETORNO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

De autoria do ex-deputado Marco Maia (PT-RS), que acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, para dispor sobre a contribuição sindical.

Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, o projeto tramita apensado ao PL 4430/2008. Aguardando parecer do relator, deputado Lucas Vergilio (SOLIDARIEDADE-GO), na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).

Próximas etapas